



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PROCESSO : 0001707-46.2022.6.05.8000
INTERESSADO : SEÇÃO DE GESTÃO DE ALMOXARIFADO DATA FIM DE VIGÊNCIA 22/07/2022
ASSUNTO : Recursos. Pregão nº 39/2022.

PARECER nº 19 / 2022 - PRE/DG/ASJUR1

1. Chegam os autos a essa Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos, para manifestação acerca dos Recursos impetrados pela empresa GRAZIELE VALENTE PEIXOTO (docs. nºs 2022220 e 2022234), contra a decisão da Pregoeira, que declarou vencedoras, no Pregão nº 39/2022, as empresas TCHE-PEL COMERCIAL, para o item 17, e BORBOFLOR BRASIL COMERCIO DE SUPRIMENTOS EIRELI, para o item 18.

1.1. Alega a Recorrente, de relação à licitante vencedora do item 17, que a empresa deixou de apresentar proposta em papel timbrado, além de não constar, no mesmo documento, assinatura e dados bancários. Sustenta, ainda, quanto à documentação de habilitação da mesma licitante (TCHE-PEL COMERCIAL), que *"a certidão concordata e falência não tem validade e está mencionada como CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL NEGATIVA data emissão em 23 de maio de 2022"*.

1.2. No que diz respeito ao Recurso em face da empresa vencedora do item 18 (empresa BORBOFLOR BRASIL COMERCIO DE SUPRIMENTOS EIRELI), aduziu que *"Não apresentou a certidão concordata e falência foi anexado CERTIDÃO - CGJ-SECASEJ que não menciona a Razão social e nem inscrição do cnpj informando no rodapé das páginas 1 e 2 e uma outra mencionada como CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL NEGATIVA data emissão em 16 de maio de 2022"*.

2. Em sede de contrarrazões, a empresa TCHE-PEL COMERCIAL, afirma, em síntese, que (doc. nº 2022231: *a)* o edital estabeleceu, tão somente, que a proposta contivesse a discriminação do objeto, com as especificações descritas no Anexo I do Edital, bem como a marca/modelo do produto; *b)* o edital não faz menção alguma a exigência de papel timbrado e assinatura; *c)* o único momento para que se informe dados bancários é na nota fiscal, como pode ser observado na Seção XVII - item 17.2 e Anexo I - item 9.3 do edital; *d)* a certidão de falência e concordata não foi exigida no certame, mas, ainda assim, a licitante trouxe documento equivalente, cuja validade seguirá a regra editalícia (*"Quando se tratar de certidões vencíveis em que a validade não esteja expressa, serão considerados válidos os documentos expedidos nos últimos 90 (noventa) dias que antecederem à data da sessão deste certame"*).

2.1. Por seu turno, na mesma oportunidade de contrarrazões, a empresa BORBOFLOR BRASIL COMERCIO DE SUPRIMENTOS EIRELI, de modo conciso, assevera (doc. nº 2022234) : *"é absolutamente descabido o motivo (único) da recorrente para inabilitação de nossa empresa, pois a Certidão de Falência e Concordata não é documento exigido no edital. Ademais, essa Certidão consta anexada , com perfeita veracidade e validade"*.

3. A Pregoeira, mediante doc. nº 2025524, manifesta-se pela improcedência de ambas as peças recursais, afirmando:

"O recurso foi admitido por sua tempestividade, legitimidade e motivação. No entanto, da leitura dos regramentos contidos no edital depreende-se pela validade de toda documentação apresentada pela empresa, não sendo exigida a apresentação de papel timbrado ou assinatura manual, considerando que o acesso ao sistema é feito através de "chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível" e "A licitante responsabilizar-se-á por todas as transações que

forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública."

Quanto à alegação de que as certidões de falência e concordata das empresas não teriam validade, o edital exigiu apenas a regularidade fiscal e a regularidade trabalhista, conforme itens 11.1.4 e 11.1.5, é não havendo a exigência de comprovação da qualificação econômico-financeira".

(destaques originais)

É o breve Relatório.

4. Irretocáveis as conclusões da Pregoeira. De fato, o ato convocatório não exigiu, em qualquer das suas condições, a comprovação de capacidade econômico-financeira das licitantes, portanto, todas as concorrentes estavam desoneradas da apresentação de *certidão de falência e concordata* ou de qualquer documentação neste sentido.

4.1. De igual modo, tratando-se de pregão eletrônico, no qual sequer se exigiu o posterior envio de proposta escrita, tampouco a inserção, via sistema, de proposta no formato sugerido pela Recorrente (em papel timbrado, com assinatura e informe de dados bancários), seus argumentos, neste particular, também não merecem prosperar.

5. Em verdade, à luz das condições do edital do Pregão nº 39/2022, são efetivamente infundadas todas as razões trazidas pela empresa GRAZIELE VALENTE PEIXOTO.

5.1. Ressaltamos, inclusive, que aos procedimentos licitatórios é possível a aplicação do Código de Processo Civil, a fim de caracterizar a litigância de má fé. Vejamos:

"Art. 79. **Responde por perdas e danos aquele que litigar de má-fé como autor**, réu ou interveniente.

Art. 80. **Considera-se litigante de má-fé aquele que:**

(...)

VI - provocar incidente manifestamente infundado;

VII - interpor recurso com intuito manifestamente protelatório."

(destaques aditados)

6. Ante o exposto, opinamos pela rejeição dos Recursos impetrados pela empresa GRAZIELE VALENTE PEIXOTO, mantendo-se, por consequência, a decisão da Pregoeira, que declarou vencedoras, no Pregão nº 39/2022, as empresas **TCHE-PEL COMERCIAL, para o item 17, e BORBOFLOR BRASIL COMERCIO DE SUPRIMENTOS EIRELI, para o item 18.**

É o parecer, *sub censura*.

À ASSESD.



Documento assinado eletronicamente por **Silene Mascarenhas de Souza, Assessor Jurídico**, em 30/07/2022, às 11:24, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2026698** e o código CRC **3D762DC6**.